

PORTARIA SES Nº 1.236/2022

Autoriza a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Camaquã/RS para obra de Ampliação do Setor de Internação em prol da Fundação Assistencial e Beneficente de Camaquã - Hospital Nossa Senhora Aparecida, PROA 22/2000-0120224-6.

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições e considerando:

A Portaria SES/RS nº 400/2016 e suas alterações, principalmente a Portaria SES/RS nº 696/2021, que viabiliza a transferência de repasses do Programa Avançar para as Pessoas na modalidade fundo a fundo aos municípios e hospitais públicos municipais contemplados.

A conformidade com as normas constantes na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017, e com o Decreto Estadual nº 56.368, de 7 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre procedimentos e condutas a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, em decorrência da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal pelo Estado do Rio Grande do Sul.

O plano de trabalho apresentado pelo município de Camaquã e aprovado pela SES/RS, constante no PROA 22/2000-0120224-6, para obra de Ampliação do Setor de Internação em prol da Fundação Assistencial e Beneficente de Camaquã - Hospital Nossa Senhora Aparecida, visando ofertar atendimento qualificado aos usuários do SUS.

O ofício 1.289/2022 da Prefeitura Municipal de Camaquã comprometendo-se a destinar o montante financeiro previsto no PROA 22/2000-0120224-6 para a Fundação Assistencial e Beneficente de Camaquã - Hospital Nossa Senhora Aparecida.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a transferência do montante de R\$3.131.148,69 (três milhões, cento e trinta um mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos) do Fundo Estadual de Saúde (FES) ao Fundo Municipal de Saúde de Camaquã destinado para obra de Ampliação do Setor de Internação na Fundação Assistencial e Beneficente de Camaquã - Hospital Nossa Senhora Aparecida, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, integrante do PROA 22/2000-0120224-6.

Art. 2º - A obra deverá ser identificada através de placa, evidenciando o objeto, fonte de financiamento (Governo do Estado/SES) e o valor respectivo.

Parágrafo único – [Para identidade visual de placa de obra deverá ser acessado o link: https://obras.rs.gov.br/placa-de-obra.](https://obras.rs.gov.br/placa-de-obra)

Art. 3º - O prazo de vigência de execução do objeto de que trata esta Portaria deve respeitar o prazo aprovado no Plano de Trabalho concomitantemente com o preconizado na Portaria SES nº 400/2016 e suas alterações.

Art. 4º - Caberá ao Gestor Municipal, findo o prazo estabelecido para a conclusão do objeto, prestar contas através do Relatório de Gestão Municipal.

Parágrafo único: Para o cumprimento do disposto no caput, o Gestor Municipal deverá anexar de forma digital no Sistema MGS os seguintes documentos:

- I- Termo de Recebimento definitivo do objeto;
- II- Cópia da ata de deliberação do Conselho Municipal de Saúde, quanto à execução física e quanto ao seu atingimento.
- III- Relação de Pagamentos, em ordem cronológica, evidenciando: data efetiva do pagamento, data/período da execução do serviço ou da entrega do material, data registrada no documento fiscal, número e valor do documento fiscal, número do contrato administrativo, número do procedimento licitatório, o nome empresarial e fantasia do credor, CNPJ/CPF do credor e nome do correntista que recebeu o pagamento em conta corrente bancária;
- IV- Documentos fiscais, apresentados em ordem cronológica, autenticados por servidor público municipal devidamente identificado com nome completo, número do CPF e número de Identificação Funcional;
- V- Relação dos bens adquiridos, com número patrimonial, indicando o seu destino final;
- VI- Fotografias que permitam visualizar e identificar os equipamentos adquiridos pela entidade;
- VII- Comprovante de recolhimento do saldo atualizado segundo índices oficiais vigentes de atualização de débitos fiscais de recursos, quando houver.

Art. 5º - Os valores estarão sujeitos à devolução, acrescidos de juros e correção monetária, segundo índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso, quando a despesa:

- I – ocorrer em finalidade diversa da estabelecida;
- II – não for aprovada na prestação de contas.

Art. 6º - Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2022.

ARITA BERGMANN,
Secretária da Saúde